



Estação rastreadora de satélites GPS é instalada no Maranhão

O IBGE instalou, em 16 de julho último, no município maranhense de Imperatriz, mais uma estação da Rede Brasileira de Monitoramento Contínuo (RBMC). Com isso, a Rede passa a contar com as nove estações de rastreamento permanente dos satélites GPS (*Global Positioning System*) previstas para a primeira etapa do projeto, garantindo a cobertura de todo território brasileiro. Iniciado em 1991, o projeto de estabelecimento da RBMC se destina a constituir uma infraestrutura geodésica de referência para o país mais sofisticada, compatível com os métodos atuais apoiados no GPS. As outras oito estações, que coletam informações vinte e quatro horas por dia, já estavam em operação em Fortaleza, Brasília, Curitiba, Presidente Prudente, Bom Jesus da Lapa, Manaus, Viçosa e Cuiabá. A estação de Brasília é operada pelo IBGE, em cooperação com o *Jet Propulsion Laboratory* (NASA/EUA), e a do Ceará pelo Instituto Nacional de Pesquisas Espaciais (INPE), enquanto que a implantação das sete restantes foi viabilizada a partir de recursos do Fundo Nacional do Meio Ambiente, com a parceria do Departamento de Engenharia de Transportes da Escola Politécnica da USP.

A RBMC é um importante projeto na área de geodésia, já que o IBGE responde pela coordenação, implantação e manutenção do Sistema Geodésico Brasileiro - SGB. Cada estação da Rede é constituída por um receptor GPS geodésico de última geração e um microcomputador para armazenar e transmitir os dados coletados. Os dados fornecidos permitem aprimorar os realizados com o sistema GPS, possibilitando a obtenção de coordenadas com uma precisão que pode variar de alguns metros a até poucos milímetros.

Até o advento das tecnologias associadas ao Sistema de Posicionamento Global, o SGB possuía um papel passivo, uma vez que os usuários eram obrigados a ocupar as estações constituintes para referenciar os novos

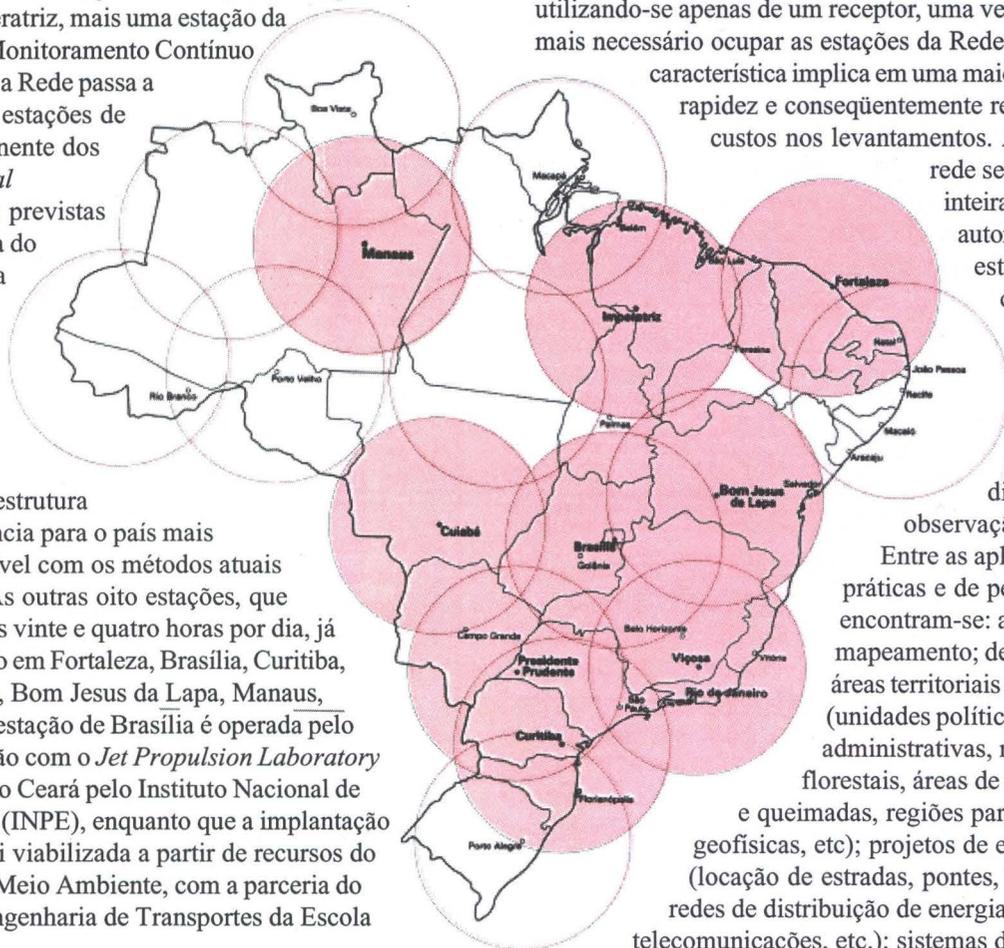
levantamentos ao SGB. Esta situação muda substancialmente com a introdução dos novos métodos associados ao GPS, que exigem perfil ativo das estações geodésicas. Com a RBMC, os usuários de GPS no Brasil poderão usufruir da qualidade proporcionada pelo sistema utilizando-se apenas de um receptor, uma vez que não é mais necessário ocupar as estações da Rede. Esta característica implica em uma maior precisão, rapidez e conseqüentemente redução de custos nos levantamentos. A operação da

rede se dá de forma inteiramente automatizada, estando os dados coletados em cada estação disponíveis aos usuários no dia seguinte ao dia da observação.

Entre as aplicações práticas e de pesquisa, encontram-se: apoio ao mapeamento; demarcação de áreas territoriais em geral (unidades político-administrativas, reservas florestais, áreas de desmatamento e queimadas, regiões para pesquisas geofísicas, etc); projetos de engenharia (locação de estradas, pontes, barragens, redes de distribuição de energia, telecomunicações, etc.); sistemas de

posicionamento de viaturas; regulamentação fundiária;

determinação de movimentos da crosta terrestre; posicionamento de plataformas de prospecção de petróleo. Mas as aplicações não param por aí. A utilização cada vez mais crescente de redes deste tipo, que coletam e distribuem os dados permanentemente, tem ampliado significativamente as aplicações. Podem ser citadas ainda, entre as possibilidades de emprego do sistema, a melhoria das condições para solucionar problemas relacionados à definição de fronteiras, o apoio à navegação aérea, marítima ou terrestre e o uso em meteorologia e climatologia.



Os centros dos círculos coloridos correspondem às estações a serem implantadas na primeira etapa do projeto. Os centros dos círculos transparentes correspondem às estações da segunda etapa do projeto, cuja posição é preliminar. Cada círculo tem um raio de 500 km.

Custo médio da construção civil passa para R\$ 339,61

O custo nacional da construção civil, por metro quadrado, em junho, foi 1,07% maior do que o registrado em maio. São Paulo, com aumento de 3,54% sobre maio, influenciou significativamente o resultado de junho, que ficou 0,68 ponto percentual acima da verificada no mês anterior. O motivo principal para a elevação foi o dissídio salarial da mão-de-obra paulista, com data base em maio. Na composição do custo, os materiais participaram com R\$ 211,73 (aumento de 0,21% em relação a maio) e a mão-de-obra, com R\$ 127,88 (2,52%). O custo total acumulou 3,55% no ano, enquanto os materiais apresentaram alta de 2,74% e a mão-de-obra, de 4,91%. No acumulado dos últimos doze meses, as variações foram de 4,58% e 9,99%, respectivamente.

Na comparação regional, o Sudeste teve a maior alta mensal (2,27%), com o custo subindo para R\$ 349,60. Por outro lado, o Nordeste apresentou deflação (-0,03%) com custo de R\$ 315,74. Para as demais regiões, as variações foram de 0,42% para o Norte (R\$ 377,95), 0,21% para o Sul (R\$ 346,42) e 0,76% para o Centro-Oeste (R\$ 319,09). A região Sudeste apresenta também a maior alta no acumulado do ano (5,45%), contra 0 1,69% da região Norte. Já nos últimos doze meses, a maior alta fica com o Centro-Oeste (5,51%), contra os 3,60% do Nordeste.

Por Unidade da Federação, o maior custo médio fica com Roraima (R\$ 484,53), seguido do Amazonas (R\$ 392,09) e São Paulo (R\$ 384,26). Já os menores custos são os do espírito Santo (R\$ 260,52), Minas Gerais (R\$ 278,42) e Pernambuco (R\$ 286,01%).

Estes resultados são produzidos por intermédio do SINAPI - Sistema Nacional de Pesquisa de Custos e Índices da Construção Civil, cuja manutenção é competência conjunta do IBGE e da Caixa Econômica Federal.

De janeiro a maio deste ano, indústria cresceu 5,0%

Em maio, a produção industrial caiu 1,7% em relação ao mês anterior, na série livre de influências sazonais. De certa forma, esse movimento já era esperado dado que abril teve, excepcionalmente, um maior número de dias trabalhados. Nos demais confrontos as taxas são positivas, mas decrescentes. O indicador mensal registra acréscimo de 2,5%, a menor marca neste tipo de comparação desde julho do ano passado. O acumulado no ano passa de 5,7% em abril para 5,0% em maio, enquanto o indicador dos últimos doze meses alcança 5,7% de crescimento, abaixo dos 6,0% registrados para abril.

A redução de abril para maio atingiu a maioria dos ramos pesquisados e quase todas as categorias de uso. A exceção foi a área de *bens intermediários*, cujo crescimento de 0,5% impediu uma redução mais acentuada no total da indústria, em função do próprio peso da produção de insumos na estrutura do setor industrial. O segmento de *bens de consumo duráveis*, com queda de -4,1% neste confronto, foi a área de pior

desempenho. A produção de *bens de capital* (-8,0%) e a de *bens de consumo semiduráveis e não-duráveis* (-5,8%), mesmo com quedas significativas, praticamente retornam ao patamar de dois meses atrás, já que em abril tinham registrado acréscimos de 9,3% e 7,3%, respectivamente.

No comparativo maio97/maio96, nove dos vinte gêneros industriais apresentam queda, com destaque para *material elétrico e de comunicações* (-8,5%). Pressionada pela queda generalizada no segmento de *eletrodomésticos* (-7,1%), essa indústria apresenta o maior impacto negativo na determinação da taxa global do setor. Outros gêneros com quedas importantes são *têxtil* (-7,7%) e *vestuário* (-10,2%). Entre as áreas que impactaram positivamente o desempenho industrial em maio, figuram *química* (11,6%), *metalúrgica* (8,3%) e *extrativa mineral* (10,6%), todas associadas à produção de *bens intermediários*.

Considerando as categorias de uso, o indicador mensal de maio também evidencia a liderança da área de *bens intermediários*, única categoria com crescimento acima da média da indústria, com 5,3% de expansão. Na área dos *bens de consumo duráveis*, o crescimento de 1,2% só foi possível graças ao incremento de 10,4% na produção de *automóveis*, uma vez que os *eletrodomésticos* assinalaram queda de -7,1%, o que provavelmente se explica pela acumulação de estoques. No segmento de *bens de consumo semiduráveis e não-duráveis*, a queda de -4,0% no confronto maio97/maio96 é explicada, principalmente, pelos índices de *semiduráveis* (-9,1%).

A expansão de 5,0% acumulada de janeiro a maio reflete um quadro de acréscimos generalizados. Apenas quatro dos vinte gêneros pesquisados exibem taxas negativas: *têxtil* (-3,1%), *vestuário* (-6,5%), *produtos alimentares* (-2,8%) e *bebidas* (-1,6%). Entre as categorias de uso, isso se reflete no desempenho de *bens de consumo semiduráveis e não-duráveis* (-0,2%), única com queda na produção. A área de maior dinamismo continua sendo a de *bens de consumo duráveis* (12,2%), apoiada na expansão da *automobilística* (15,4%) e do segmento de *eletrodomésticos* (10,9%). O segundo destaque é a categoria de *bens intermediários* (6,0%). Finalmente, o pequeno acréscimo na produção de *bens de capital* (0,8% no acumulado até maio) reflete principalmente a ampliação do investimento na área agrícola.

O nível de ocupação na indústria caiu 0,4% em abril, quando a comparação é feita com o mês anterior. Em termos regionais, o número de postos de trabalho apresenta aumento somente na região Sul (0,3%), vindo a seguir a indústria mineira, onde a variação foi nula. Os declínios mais importantes ocorreram em São Paulo e Nordeste, ambos com taxa de -0,9%. Já o Rio de Janeiro esteve acima da média nacional, com 0,2% de redução em seu contingente ocupado no setor industrial. O saldo de demissões foi maior em *bebidas* (-6,4%) e em *material elétrico e de comunicações* (-6,1%).

No confronto com abril do ano passado (-5,4%), a *indústria fumageira* se destaca com o único resultado positivo: 3,1%. Dos setores que acompanharam a tendência declinante observada em nível nacional, sobressaíram *borracha* (-13,0%) e *bebidas e mecânica* (ambos com -11,0%). O declínio para os indicadores de pessoal ocupado foi ainda maior no acumulado do ano (-5,7%) e nos últimos doze meses (-8,8%).

O total de salários pagos pela indústria caiu 0,6% em abril, frente ao mês de março. Das regiões analisadas, o montante obteve aumento real de 0,8% na indústria mineira, ficando inalterado no Sul. A queda de 0,5% observada no Rio de Janeiro foi superada pelas taxas do Nordeste (-2,1%) e São Paulo (-0,9%). Na comparação com o mesmo mês do ano anterior, a massa de salários encolheu 5,4%, redução ligeiramente maior do que a obtida em março (-5,1%). Nas comparações acumuladas, o quadro é de relativa estabilidade: -5,6% de janeiro a março e -5,5% de janeiro a abril. No indicador dos últimos doze meses, a retração foi de -7,5%.

Taxa de desemprego aberto sobe ligeiramente em maio

De abril para maio, o número de pessoas economicamente ativas (PEA) aumentou 0,6% nas seis maiores regiões metropolitanas do País, em função do crescimento do número de pessoas trabalhando (0,4%) e de pessoas desocupadas ou procurando trabalho (4,7%). A taxa de desemprego aberto aumentou ligeiramente, passando de 5,75% para 6%. O mesmo comportamento se repetiu em relação a maio de 96, quando a taxa foi de 5,91%.

Quanto ao rendimento médio real, entre março e abril, houve aumento para os empregados com carteira assinada (1,4%), mantendo-se praticamente estável para os empregados sem carteira e para os que trabalham por conta própria. Para as mesmas categorias de ocupação, de abril do ano passado para abril deste ano, as variações foram de 0,6%, 6,2% e -1,2%, respectivamente. Em termos nominais, os valores foram: R\$ 632,78 para os empregados com carteira, R\$ 513,35 para os empregados sem carteira assinada e R\$ 570,11 para os que trabalham por conta própria.

O rendimento médio real das pessoas ocupadas aumentou 1,9%, de março para abril, resultado do acréscimo ocorrido em quatro das seis regiões pesquisadas. Porto Alegre e Rio de Janeiro foram as regiões que apresentaram queda. Aumentou o rendimento de todos os setores de atividade, com destaque para a construção civil (7,3%). Entre as categorias de ocupação, a variação mais elevada foi a dos empregadores (6,7%).

De maio de 95 para maio deste ano, a PEA aumentou 0,4%, em decorrência do acréscimo no número de pessoas ocupadas (0,3%) e no número de pessoas procurando trabalho (1,9%).

O número de pessoas ocupadas aumentou em quatro das seis regiões, sobressaindo-se Belo Horizonte com variação de 2,3%. Os setores de comércio e de serviços apresentaram crescimento em torno de 2%, enquanto a indústria de transformação e a construção civil apresentaram variação negativa. Entre as categorias de ocupação foi maior o número de pessoas trabalhando por conta própria e de empregados sem carteira assinada. A taxa de desemprego aberto não apresentou variação significativa para o conjunto das seis regiões, no confronto anual.

O rendimento médio real das pessoas ocupadas aumentou 0,9%, destacando-se os acréscimos do Rio de Janeiro (8,2%) e de Porto Alegre (5,6%). Entre os setores de atividade,

aumentou mais expressivamente o rendimento das pessoas ocupadas na construção civil. Já entre as categorias de ocupação, a variação mais expressiva foi para os empregados sem carteira assinada, com 6,2%.

IBGE representa o Brasil em conferência promovida pela ONU

O IBGE participou, em junho, da VI Conferência Cartográfica Regional das Nações Unidas para as Américas, realizada em Nova York. A reunião das diversas agências de mapeamento serviu para se avaliar a situação atual da produção de informações cartográficas, quando se sabe das profundas mudanças corridas nos últimos anos, por conta da evolução tecnológica, especialmente devido à crescente utilização dos SIG - Sistemas de Informações Geográficas. Neste aspecto, constatou-se que o Brasil está acompanhando as inovações tecnológicas, nas áreas de sensoriamento remoto, SIG ou nos processos de construção de banco de dados cartográficos em nível nacional. Ao se avaliar, no entanto, o nível de produção de dados cartográficos em meio digital e a disponibilização aos usuários, nota-se que os resultados ainda são tímidos, em relação ao que ocorre no cenário internacional. Uma apuração da política de preços de produtos digitais (formato vector), num momento em que se discute também o acesso de dados cartográficos via Internet, revelou a inexistência de critérios bem definidos para a cobrança. Para a escala de 1:50.000, o custo está em US\$ 23000,00, na Suíça, de US\$ 18000,00 a US\$ 23000,00, na Alemanha, US\$ 900,00 na Argentina, US\$ 500,00 no Canadá e US\$ 50,00 nos EUA e Colômbia. Já o custo da carta no Brasil vem sendo finalizado em torno dos US\$ 400,00.

Atlas nacional em CD-ROM

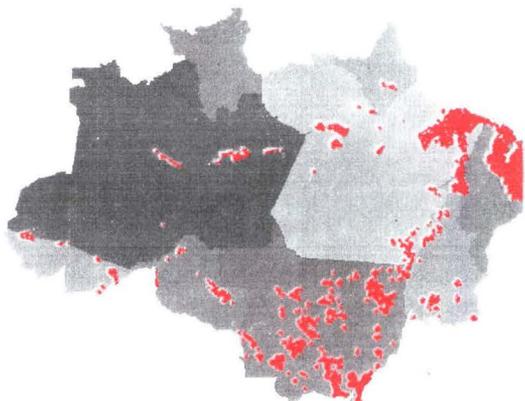
O *Geological Survey*, dos EUA, está gerando um Atlas Eletrônico daquele país, em parceria com a iniciativa privada. No Brasil, o IBGE colabora com fornecimento de bases cartográficas digitais e temáticas, em um projeto de Atlas que está sendo produzido por uma editora com atuação no mercado educacional. Com lançamento previsto para até dezembro deste ano, trata-se de um produto que permitirá ao usuário selecionar, manipular e analisar um conjunto de dados de abrangência nacional.

A VI Conferência reforçou também a importância de que cada país execute um sistema próprio de cadastro rural atualizado, o que depende de incentivo às atividades de cartografia. As principais vantagens da construção de um sistema cadastral de proprietários rurais se relacionam às preocupações com o desenvolvimento sustentável, gerenciamento ambiental e estabilidade social.

Outro ponto importante é o projeto Mapa Global, que pretende facilitar o desenvolvimento de uma base de dados espaciais multinacional, como suporte em aplicações de projetos ambientais de interesse para a comunidade mundial. A discussão sobre informações fundamentais a um Mapa Global, qualidade dos mapas, padronização dos dados entre as agências nacionais de mapeamento e necessidade de financiamento para as nações em desenvolvimento continuarão em novembro próximo, no Fórum de Mapeamento Global, a se realizar no Japão.

Perda de vegetação natural na Amazônia Legal em CD-ROM

Entre outras evidências, o Diagnóstico Ambiental da Amazônia Legal produzido em CD-ROM pelo Departamento de Recursos Naturais e Estudos Ambientais do IBGE detectou a evolução do avanço humano sobre as



antropismo 1976

diferentes coberturas vegetais, retratando o processo de antropização em períodos distintos, o que permite uma melhor visualização espacial dos seus efeitos no ambiente. De modo geral, o processo de ocupação (incentivada) neste espaço, impactou severamente o meio natural.

O primeiro período retrata a área ocupada até 1976, produto das diferentes formas de intervenção que o Estado incentivou. O período de 1977 a 1987 mostrou um maior avanço do processo de desmatamento vinculado a implantação de programas de incentivos fiscais do Governo, destacando-se o Polamazônia (Programa dos Pólos Agropecuários e Agroindustriais da Amazônia). Incentivou-se, entre outras, a extração e a expansão agropecuária em extensas áreas, ainda bastante preservadas.

No período mais recente, de 1988 a 1991, o Estado aposta no modernismo pressionado pelo mercado externo da produção de grãos, voltando-se então para Mato Grosso, Tocantins e sul do Pará, onde grandes áreas são destinadas ao cultivo da soja.

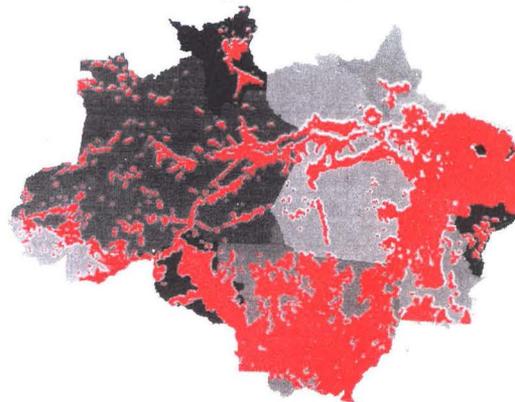
Até 1991, 14,07% da área total do território amazônico achava-se impactada ou desmatada, tendo havido um crescimento populacional entre os anos de 1960 a 1991 da ordem de 550%.

Os diagnósticos ambientais surgiram da necessidade de se compreender situações novas, nas quais questões como qualidade ambiental e condições de vida se encontravam intimamente relacionadas. Resultam de estudos voltados para o meio ambiente, organizados de forma a subsidiar estratégias de ocupação ordenada do território. Nos diagnósticos ambientais, às características físicas do território são associadas informações econômicas e sociais, possibilitando uma visão geral das diversas formas de organização do espaço geográfico. Produzido para atender à Secretaria de Assuntos Estratégicos da Presidência da República, em cooperação com a Fundação Brasileira para o Desenvolvimento Sustentável (FBDS), o Diagnóstico Ambiental da Amazônia Legal reuniu um vasto

acervo de informações sobre a região amazônica, de diversas fontes. A FBDS apoiou ainda a conversão do rico material coletado para ambiente digital. Os dados utilizados na elaboração do Diagnóstico foram carregados em um sistema de informações geográficas, com vantagens consideráveis. Graças ao intenso dinamismo da área de informática, foi possível desenvolver um produto que, além de apresentar um grande número de informações a custo relativamente baixo, traz os seguintes benefícios: facilidade de incorporação de novos dados, simplificação dos processos de atualização e expansão da capacidade de análise e avaliação de novos cenários.

O Diagnóstico Ambiental da Amazônia Legal inclui os temas: *base cartográfica, uso da terra, geologia, geomorfologia, vegetação, solos, biodiversidade, áreas especiais, hidrologia e antropismo*.

O mapa de Evolução do Antropismo representa um dos estudos temáticos do projeto Diagnóstico Ambiental como subsídio à elaboração de um Painel de Referência sobre a Qualidade Ambiental da região amazônica.



antropismo 1991

Safra de 97 estimada em 76,399 milhões de toneladas

O Levantamento Sistemático da Produção Agrícola realizado pelo IBGE, em maio, destaca as variações observadas nas estimativas de produção de três produtos: batata-inglesa 2ª safra (-5,98%), feijão 1ª safra (-2,14%) e milho 1ª safra (-2,08%). Para a batata-inglesa 2ª safra, o decréscimo registrado na estimativa de produção é resultante da longa estiagem que assolou os estados do Rio Grande do Sul e Santa Catarina. Já com relação às primeiras safras do milho e do feijão, as reduções detectadas decorrem de revisões nas estimativas, uma vez que a colheita já se encontra praticamente encerrada nos principais estados produtores.

A produção total estimada de cereais, leguminosas e oleaginosa deverá alcançar 76,399 milhões de toneladas, 4,68% superior em relação à obtida em 96, quando foram produzidas 72,981 milhões de toneladas. Observa-se que na região Centro-Sul e Rondônia, responsáveis por aproximadamente 89,4% da produção total estimada, o incremento na produção esperada é de 5,50%, enquanto que nas regiões Norte (exceto Rondônia) e Nordeste, responsáveis por 10,6% da produção nacional, estima-se

uma redução de 1,67%.

Cabe destacar que a atual estimativa da produção, em nível nacional, ainda envolve simulações quanto ao comportamento dos cultivos de inverno e da segunda e terceira safras de alguns produtos agrícolas.

Comparando-se a situação das lavouras em maio deste ano com os resultados obtidos na safra anterior, constata-se variação positiva nas estimativas de produção de seis dos quatorze produtos analisados: batata-inglesa 1ª safra (1,53%), cacau em amêndoa (12,55%), cana-de-açúcar (1,24%), feijão 1ª safra (14,04%), milho 1ª safra (6,88%) e soja (10,25%). Os demais, registraram variação negativa: algodão herbáceo (-9,35%), arroz (-7,52%), batata-inglesa 2ª safra (-1,47%), café em coco (-3,66%), cebola (-6,76%), feijão 2ª safra (-6,83%), laranja (-0,13%) e mandioca (-0,04%).

A produção de algodão herbáceo deverá alcançar 904 mil toneladas. A quebra em relação à safra anterior é consequência dos problemas que afetam a cotonicultura brasileira, especialmente as dificuldades para obtenção de crédito de custeio, carência de mão-de-obra, condições favoráveis para o algodão importado e os elevados custos de produção.

Quanto ao arroz, a produção estimada em 8,897 milhões de toneladas também mostra recuo em relação à safra anterior. Ressalte-se que nesta safra houve forte retração no cultivo da gramínea, principalmente na região Centro-Oeste (-26,00%), onde ocorreu redução significativa da área plantada em todos os estados. O grande desestímulo dos produtores, a pequena rentabilidade comercial do arroz quando comparada a outros produtos e a forte preocupação com quebra de produtividade em função de estiagem (veranicos alternados), são alguns fatores que contribuem para redução da área cultivada no Centro-Oeste.

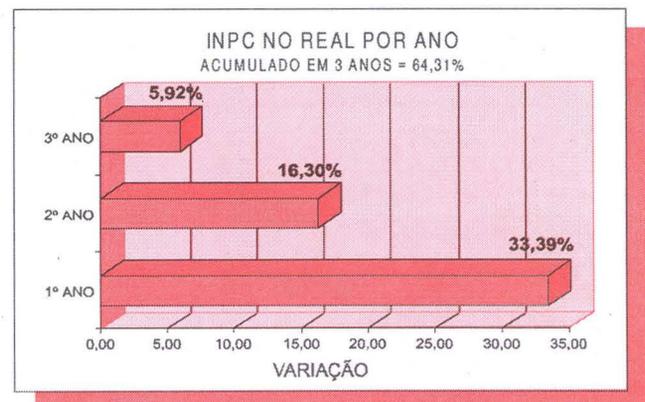
Para o cacau em amêndoa, espera-se uma produção de 253 mil toneladas, superando em 12,55% a obtida no ano passado. Este resultado pode ser atribuído aos acréscimos verificados no rendimento médio esperado da Bahia e Espírito Santo, onde as condições climáticas vêm favorecendo as lavouras em desenvolvimento.

Para o café em coco, estima-se uma produção de 2,547 milhões de toneladas, 3,66% inferior quando comparada à colhida na safra passada. Contribuíram para esta redução na produção nacional a avaliação de menor produtividade em estados importantes como Minas Gerais e Espírito Santo.

Quanto ao feijão 1ª safra, a produção obtida foi de 1,515 milhão de toneladas, 14,04% superior quando comparada à obtida na safra equivalente de 96. As condições climáticas foram bastante favoráveis, desde o plantio até a colheita, quando o tempo seco mostrou-se favorável às atividades de colheita da leguminosa. Com relação ao milho 1ª safra e a soja, aguardam-se produções de 29,652 milhões de toneladas e 25,585 milhões de toneladas, respectivamente, com incrementos em relação à safra anterior de 6,88% para o milho e de 10,25% para a soja. Entre os fatores considerados mais relevantes e que acarretaram os acréscimos supracitados, destacam-se o bom nível de tecnologia empregado nas lavouras, aliado as ótimas condições climáticas verificadas na safra 96/97, nas principais regiões produtoras.

Inflação fica em 64,31%, no real, e baixa para 5,92% em doze meses

De julho de 94 para junho de 97, a inflação medida pelo INPC (Índice Nacional de Preços ao Consumidor) foi de 64,31%. Nesses três anos de real, o item Habitação foi o que mais subiu (314,94%), seguido de Comunicações (269,00%), Serviços Pessoais (147,62%), Atendimento Médico (124,59%), Hortaliças e Verduras (100,88%), Transporte Público (98,21%), Serviços Médicos (90,99%) e Educação (79,74%). Em compensação, ma maior parte dos itens apresentaram variação abaixo da média e alguns registraram altas muito pequenas nesses três anos, como TV e Som (5,64%), Açúcares e Derivados (9,44%),



Tecidos e Armarinho (10,51%), Carnes Frescas (12,23%) e Óleos e Gorduras (13,54%). Os alimentos vêm contribuindo bastante no sentido de conter a inflação. Na vigência do real, o índice saiu de 25,27%, no primeiro ano, para uma deflação de -0,23%, nos últimos doze meses. Em três anos, a variação acumulada do grupo ficou em 36,41%. São Paulo apresenta a maior inflação do real (80,57%), seguida de Belo Horizonte (67,51%) e Rio de Janeiro (62,01%). As demais localidades ficaram abaixo da média - Curitiba (59,00%), Recife (58,25%), Brasília (57,80%), Salvador (56,16%) e Goiânia (55,36%) - e os índices mais baixos foram registrados em Porto Alegre (52,51%), Fortaleza (52,65%) e Belém (55,30%). No índice anualizado, o INPC baixou, em junho, para 5,92 %, contra os 6,95% registrados em maio. De maio para junho, o INPC registrou variação de 0,35%, contra os 0,11%, de abril para maio. Pesquisado em 11 localidades, o INPC mede a inflação com base no consumo médio de famílias com renda mensal de um a oito salários mínimos.

Já o IPCA (Índice de Preços ao Consumidor Amplo), pesquisado entre as famílias com renda mensal de 1 a 40 salários mínimos, variou 65,51% desde a implantação do real até agora. Os itens que apresentaram as maiores e menores variações foram os mesmos que no INPC, apenas com pequenas diferenças nas taxas: Habitação (285,79%), Comunicações (251,20%), Serviços Pessoais (133,20%), Atendimento Médico (124,81%), Transporte Público (93,05%), Hortaliças e Verduras (91,99%) e Educação (88,93%); TV e Som (3,06%), Açúcares e Derivados (8,13%), tecidos e Armarinho (11,88%), Óleos e Gorduras (14,17%) e Carnes Frescas (16,38%). Nos últimos 12 meses, o IPCA ficou em 7,02%, contra 7,71%, em maio. A taxa de junho ficou em 0,54%, contra 0,41%.

Pesquisa capta comportamento do emprego no comércio varejista

O aumento do desemprego tem sido uma das principais preocupações em quase todas as sociedades contemporâneas. A questão adquire contornos mais dramáticos nos grandes centros urbanos, onde a desindustrialização e o desemprego estrutural, resultante da informatização e/ou modernização dos processos produtivos acabam por deteriorar a ordem tanto do ponto de vista espacial quanto social.

Por suas características, o desenvolvimento das atividades típicas do setor terciário da economia - o comércio e os serviços-, vem sendo apontado como uma das possíveis soluções para a criação e manutenção de postos de trabalho, principalmente no espaço urbano.

No caso específico da região metropolitana do Rio de Janeiro, onde a atividade comercial responde por 15,2% de todo pessoal ocupado, o acompanhamento da evolução do emprego mostra-se de fundamental importância para o estabelecimento de políticas destinadas a combater este grave problema social.

O Departamento de Comércio e Serviços do IBGE, em convênio com a Confederação Nacional do Comércio, iniciou em janeiro de 95 a Pesquisa Mensal de Comércio (PMC). O objetivo principal é calcular mensalmente os indicadores de desempenho do comércio varejista da região metropolitana do Rio de Janeiro e de suas principais atividades, com base na evolução das variáveis faturamento, emprego e salários.

No tocante ao comportamento do emprego, a PMC vem diagnosticando uma contínua redução no número de postos de trabalho a partir de meados de 95, após a grande expansão observada nos meses anteriores. A presença de significativas mudanças de caráter estrutural em algumas atividades do varejo, associada a uma expectativa menos favorável no consumo por parte dos empresários do setor são as principais justificativas para este desempenho.

Desse modo, o comércio varejista registrou uma redução no nível de emprego de 6,6% em dezembro de 95 quando comparado a janeiro do mesmo ano. As quedas do setor de *lojas de departamentos* (-7,0%) e *farmácias, drogarias e perfumarias* (-10,6%) exemplificam a presença do desemprego de caráter mais estrutural. A contrapartida a este movimento negativo do emprego está presente na evolução dos setores de *móveis e eletrodomésticos* e *super e hipermercados*, que aumentaram o número de pessoas ocupadas em, respectivamente, 0,7% e 1,8%.

No ano passado, o emprego no setor varejista continuou a apresentar variação negativa: -6,4% em relação a janeiro de 95. Os setores com maior queda foram os que implementaram com maior rigor modificações em sua estrutura de comercialização tais como *lojas de departamentos e farmácias, drogarias e perfumarias*, com taxas respectivamente de -24,3% e -30,2%. Do mesmo modo que no ano anterior apenas os setores de *móveis e eletrodomésticos* (17,6%) e *super e hipermercados* (0,6%) registraram variações positivas, influenciados pelos resultados bastante

favoráveis de seu faturamento.

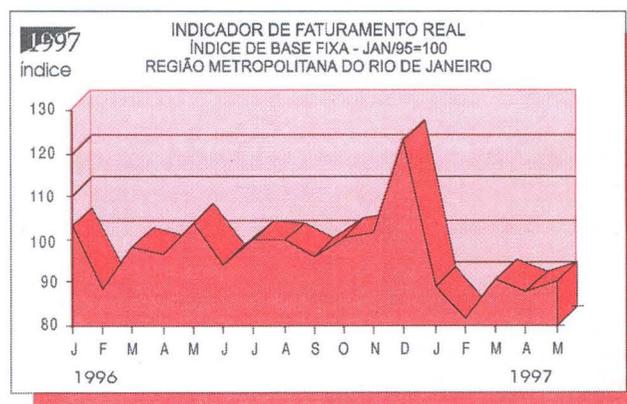
Para este ano, constata-se em maio uma redução no número de postos de trabalho de -12,6% em relação a janeiro do ano anterior. A recuperação do emprego no mês de maio para o setor de *farmácias, drogarias e perfumarias*, que cresceu 6,2% em relação ao mês anterior, não foi suficiente para reverter o quadro de retração apresentado pelo setor. O mesmo se pode afirmar para o ramo de *lojas de departamentos* que, apesar de também ter apresentado variação positiva no emprego em relação ao mês anterior (1,0%), continua a registrar um nível de ocupação negativo em relação a janeiro de 95 (-18,4%). O caráter mais estrutural do movimento do emprego nestes setores possibilita afirmar que o nível de emprego dificilmente recuperará o patamar observado em janeiro do ano passado.

Para as demais atividades que compõe a atividade do varejo o desempenho negativo observado nestes cinco primeiros meses de 97 resulta muito mais de um componente conjuntural do que a alterações significativas em suas estruturas organizacionais. É o caso, por exemplo, de *móveis e eletrodomésticos*, que diminuiu o número de pessoas ocupadas em maio (-2,0%) na comparação ao mesmo mês do ano anterior, e o de *super e hipermercados*, cujo quadro de pessoal foi reduzido em 1,3%, na mesma base de comparação.

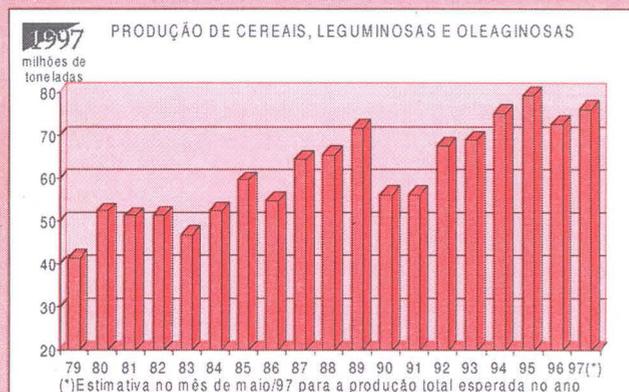
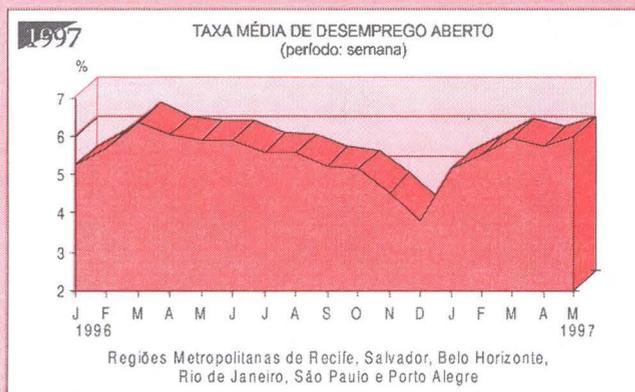
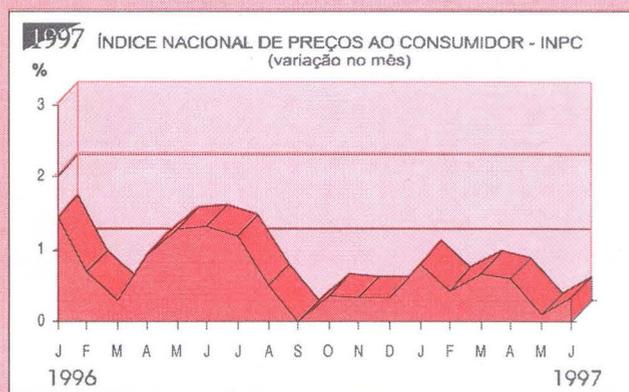
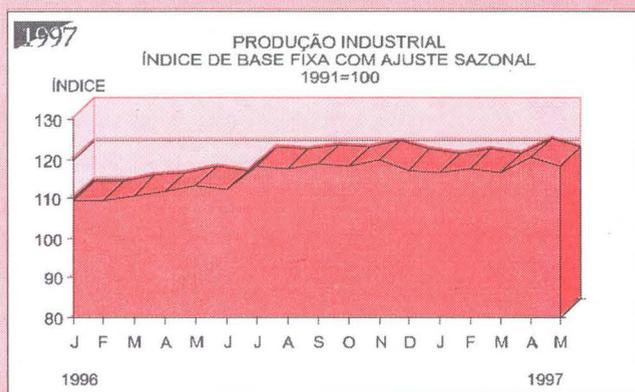
A investigação do comportamento do emprego nas diferentes atividades permite não apenas a identificação das causas que mais contribuem para sua variação como também o estabelecimento de medidas adequadas para a manutenção e/ou criação de postos de trabalho.

Comércio varejista vendeu mais em maio

O faturamento do comércio varejista aumentou 2,7% em maio, na região metropolitana do Rio de Janeiro, com acréscimos em seis das dez atividades pesquisadas. O avanço apurado sobre o mês anterior foi puxado por *lojas de departamentos* (25,3%), *vestuário, calçados e tecidos* (18,4%) e *móveis e*



eletrodomésticos (15,6%), ramos que apresentaram as maiores variações. Em termos negativos, o principal recuo se foi observado no *segmento automotivo*: seu índice cedeu 14,0%, refletindo, em grande parte, o desempenho desfavorável do item *veículos novos* (-17,3% entre abril e maio).



INDICADORES CONJUNTURAIS

	Período de Referência	Nível	Em relação ao período anterior (%)	Em relação ao mesmo período do ano anterior (%)
Produto Interno Bruto (índices trimestrais)				
Total (1980=100)	1996/IV	141,24(1)	0,70(1)	5,37
Agropecuária (1980=100)	1996/IV	169,37(1)	1,73(1)	6,58
Indústria (1980=100)		(1)	(1)	
Serviços (1980=100)	1996/IV	159,73(1)	0,49(1)	3,23
Produção Agrícola (milhões de toneladas)				
Total de cereais, leguminosas e oleaginosas (2)	Mai/97	76,399	-	4,68
Produção Industrial (índices mensais)				
Total (média de 1991=100)	Mai/97	120,68	-1,67(1)	2,47
Bens de capital (média de 1991=100)	Mai/97	103,35	-8,07(1)	-4,74
Bens intermediários (média de 1991=100)	Mai/97	121,85	0,48(1)	5,33
Bens de consumo duráveis (média de 1991=100)	Mai/97	175,54	-14,06(1)	1,20
Bens de consumo não duráveis (média de 1991=100)	Mai/97	108,33	-5,83(1)	-3,98
Comércio Varejista (índices mensais) (4)				
Faturamento (Jan/95=100) (5)	Mai/97	90,00	2,65	-13,20
Emprego Assalariado (Jan/95=100)	Mai/97	87,39	-0,76	-4,33
Salários e outras remunerações (Jan/95=100) (6)	Mai/97	106,20	4,03	-0,59
Mercado de Trabalho				
Taxa média de desemprego aberto (%) (6)	Mai/97	6,00	4,35	1,52
Rendimento médio real (índice mensal, jul/94=100) (7)	Abr/97	125,29	1,88	0,93
Empregados c/ carteira assinada	Abr/97	116,54	1,37	0,59
Empregados s/ carteira assinada	Abr/97	135,87	0,31	6,19
Conta-própria	Abr/97	138,68	0,04	-1,20
Emprego industrial (índice mensal, 1985=100) (8)	Abr/97	68,79	-0,40	-5,40
Salário médio real na indústria (índice mensal, 1985=100) (9)	Abr/97	120,41	-0,20	0,00
Preços				
Índice de preços ao consumidor - INPC (dez/93=100)	Jun/97	1411,65	0,35	5,92
Índice de preços ao consumidor amplo - IPCA (dez/93=100)	Jun/97	1418,94	0,54	7,02
Índice de preços ao consumidor amplo especial - IPCA-E	Abr/Mai/97	-	1,74(10)	-
Custo médio da construção civil (R\$/m²)	Jun/97	339,61	1,07	4,58

NOTAS: (1) Série com ajuste sazonal. (2) Estimativa no mês de referência para a produção total esperada no ano em curso (caroço de algodão, soja, milho, trigo, arroz, feijão, amendoim, mamona, aveia, centeio, cevada, sorgo). (3) Variação em relação à produção obtida no ano anterior. (4) Resultados da Pesquisa Mensal de Comércio para a Região Metropolitana do Rio de Janeiro (5) Deflacionado pelo IPCA da Região Metropolitana do Rio de Janeiro. (6) Taxa média de desemprego aberto (semanal), abrangendo regiões metropolitanas de Recife, Salvador, Belo Horizonte, Rio de Janeiro, São Paulo e Porto Alegre. (7) Rendimento do trabalho principal das pessoas ocupadas, deflacionado pelo INPC. (8) Pessoal acupado na produção. (9) Deflacionado pelo INPC. (10) Variação acumulada no período de referência. O IPCA-E é divulgado ao final de cada trimestre.



publicação mensal do Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística, produzida pela Coordenação-Geral de Comunicação Social
Av. Franklin Roosevelt, 168 - 9º andar - Rio de Janeiro/RJ
Tel.: (021) 220-0411 / Fax: (021) 262-5429
Endereço na Internet: <http://www.ibge.gov.br>
E-mail: ccs@ibge.gov.br

CARTA IBGE

Coordenador do projeto e editor

Carlos Vieira (Reg. Prof. nº 18.508Mtb-RJ)

Assistentes: Adilson Ribeiro, Fátima Santos, Léa Aguiar, L. Gonzaga, Sheila Riera e Regina MacCord

Impressão e circulação - Centro de Documentação e Disseminação de Informações - CDDI

Tiragem: 26.400 exemplares

Carta IBGE é um projeto integrado do qual participam, ainda, a Diretoria de Pesquisas (Francisco Alchorne), a Diretoria de Geociências (Angelo Pavan) e o CDDI (Delfim Teixeira).

Nesta edição foram utilizados dados disponíveis até 16/07/97



Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística

CENTRO DE DOCUMENTAÇÃO E DISSEMINAÇÃO DE INFORMAÇÕES

Divisão de Comercialização

Rua General Canabarro, 706/ Bloco B - 2º andar

20271-201 - Maracanã, RJ

Tel.: (021) 569-2043 Ramais: 118, 119 e 137 Fax/Tel.: (021) 284-7690

Ligação Direta Gratuita: 0800-218181



ano III - nº 37

agosto 1997

CARTA IBGE

PORTE PAGO
DR / RIO
PRT 2972/95



Entregue aos Correios até o dia 15/08/97